

MANIFESTO EM DEFESA DO PROCURADOR E DA PROCURADORA DA REPÚBLICA EM PORTO ALEGRE (RS), DR. RICARDO GRALHA MASSIA E DRA. FLÁVIA RIGO NÓBREGA

Os movimentos populares, sociais, entidades indigenistas, organizações indígenas, socioambientais, de juristas e pesquisadores, comprometidos com a democracia e a justiça socioambiental, abaixo assinados, vêm a público manifestar irrestrito apoio ao Procurador e a Procuradora da República Dr. Ricardo Gralha Massia e Dra. Flávia Rigo Nóbrega que sofrem ameaças de processo disciplinar em razão de suas atuações funcionais no caso do licenciamento ambiental do megaempreendimento da CMPC, previsto para o município de Barra do Ribeiro, no Rio Grande do Sul.

O que está em questão não é um ato arbitrário, não é abuso, tampouco militância indevida. O que está em questão é o *estrito cumprimento da Constituição Federal*, da legislação ambiental brasileira e da Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT) - norma internacional incorporada ao ordenamento jurídico nacional e plenamente obrigatória.

Ao recomendar a suspensão do licenciamento ambiental em relação à instalação de uma grande indústria de celulose, até que seja realizada a consulta prévia, livre, informada e de boa-fé aos povos indígenas potencialmente atingidos, os Procuradores apenas afirmam o que determina o Direito: nenhum empreendimento que afete povos originários pode avançar atropelando seus direitos fundamentais.

Punir membros do Ministério Público por exigirem o cumprimento da lei significaria inverter completamente a ordem democrática. Seria transformar em falta disciplinar aquilo que constitui *dever institucional*.

A pressão exercida por setores políticos e econômicos para constranger o Ministério Público revela algo grave: há quem deseje licenciamento sem controle, desenvolvimento sem limites, lucro sem responsabilidade e silêncio diante dos impactos sociais e ambientais.

O projeto da CMPC envolve questões profundas e sensíveis: uso intensivo de recursos hídricos, lançamento de efluentes, pressão sobre ecossistemas, impactos sobre pescadores artesanais, comunidades tradicionais, povos indígenas e sobre o equilíbrio ambiental do Guaíba e de toda a região metropolitana. Diante de um cenário tão relevante, exigir cautela e respeito à lei não é radicalismo, mas *prudência e respeito às normas* e aos povos e comunidades afetadas.

O Dr. Ricardo Gralha Massia e a Dra. Flávia Rigo Nóbrega honram o Ministério Público quando atuam com independência, coragem técnica e fidelidade constitucional. Servidores públicos que enfrentam interesses poderosos para defender direitos coletivos não merecem perseguição; ao contrário, merecem reconhecimento.

Manifestamos, também, solidariedade a todos os integrantes do Ministério Público Federal que, com autonomia funcional, atuam na defesa do meio ambiente, dos povos indígenas e da ordem jurídica.

Porto Alegre, 08 de maio de 2.026.

Assinam:

Comissão Guarani Yvyrupá do Rio Grande do Sul – CGY/RS

Conselho de Articulação do Povo Guarani do Rio Grande do Sul – CAPG/RS

Conselho Estadual dos Povos Indígenas do Rio Grande do Sul-CEPI/RS

Conselho Indigenista Missionário – CIMI-SUL

Acesso, Cidadania e Direitos Humanos

Amigas da Terra Brasil

Assembleia Permanente de Entidades em Defesa do Meio Ambiente-RS

Associação de Mães e Pais pela Democracia-AMPD

Associação dos Servidores da Secretaria do Meio Ambiente do RS - ASSEMA/RS

Associação dos Técnicos de Nível Superior do Município de Porto Alegre - ASTEC

Associação Gaúcha de Proteção ao Ambiente Natural - AGAPAN

Associação Sócio Ambientalista - IGRE

Casca Instituto Socioambiental

Centro de Estudos em Direitos Humanos, Econômicos, Sociais, Culturais e Ambientais-
CEDHESCA

Coletivo Periferias de Porto Alegre.

Colônia de trabalhadores da Pesca da Z3 . Pelotas RS

Fórum de Educação Ambiental em Porto Alegre-FEAPoA

Fundação Luterana de Diaconia - FLD

Grupo Ecológico Sentinela dos Pampas - GESP

Instituto Ecoa

Instituto de Estudos Culturais e Ambientais - IECAM

Instituto Gaúcho de Estudos Ambientais - InGá

Instituto MIRA-SERRA

Instituto de Permacultura e Artes da Serra Geral RS - IPASG

Instituto Preservar

Laboratório Interdisciplinar MARéSS - Mapeamento, Resistência, Sociedade e
Solidariedade da FURG

Medicina em Alerta

Movimento de Justiça e Direitos Humanos- MJDH

Movimento dos Pescadores e Pescadoras Artesanais do Brasil – MPP

Observatório de Protocolos Comunitários de Consulta e Consentimento Prévio, Livre e Informado - OPCPLI

Rede Nacional de Advogadas e Advogados Populares – RENAP

Rede Sul de Restauração Ecológica

Ser Ação Ativismo Ambiental

Sindicato dos Bancários de Porto Alegre e Região

União Pedritense de Proteção ao Ambiente Natural- UPPAN-DP

União Protetora do Ambiente Natural - UPAN